

# INDICADORES DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL ADOTADOS E DIVULGADOS: UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO DOS RELATÓRIOS ANUAIS DAS EMPRESAS BRASILEIRAS DE AGRONEGÓCIO LISTADAS NA BM&FBOVESPA NOS ANOS DE 2011 A 2013

Área temática: Ética e Responsabilidade Social

**Rosângela Venâncio Nunes**

[angelnunes@gmail.com](mailto:angelnunes@gmail.com)

**Charles Washington Costa de Assis**

[charles-cont@hotmail.com](mailto:charles-cont@hotmail.com)

**Maria Gerliane Pereira da Silva**

[gerlianepercyl@gmail.com](mailto:gerlianepercyl@gmail.com)

**Welynadia Rodrigues Pereira Teófilo**

[welynadia.pereira@estacio.br](mailto:welynadia.pereira@estacio.br)

**Resumo:** *O presente artigo tem como objetivo O objetivo geral deste estudo é identificar e analisar a evidenciação dos indicadores de RSA adotados e divulgados nos relatórios de sustentabilidade das empresas brasileiras de agronegócio listadas na BM&FBOVESPA durante os anos de 2011 a 2013. A metodologia utilizada nesta pesquisa foi a análise de conteúdo e descritiva do tipo documental, quantitativa e qualitativa, através de um estudo dos grupos de indicadores divulgados em relatórios de sustentabilidade. Para o presente estudo, foi selecionada uma amostra três empresas (Celulose Irani, Marfrig Alimentos e Suzano Papel e Celulose) que divulgaram informações em seus relatórios de sustentabilidade e Sumário GRI. Conclui-se que os indicadores do grupo ambiental, de forma agregada, nas três empresas analisadas sofreram, quanto ao seu nível de evidenciação, uma queda de “boa” (anos de 2011 e 2012) para “regular” (ano de 2013). No que se refere ao nível de evidenciação agregada de indicadores das ações sociais, verificou-se um comportamento de classificação constante, pois se mantiveram como “boa”. A partir das análises realizadas no Grupo Ambiental e no Grupo Social, utilizaram mais informações quantitativa e qualitativa/quantitativa, nos anos de 2011 a 2013, analisados em seus Relatórios de Sustentabilidade. Portanto, os resultados das três empresas analisadas, em sua grande maioria, apresentaram um número maior de informações durante o ano de 2011, tendo um melhor resultado com aglomeração nas informações qualitativas e quantitativas.*

**Palavras-chaves:** *Responsabilidade Socioambiental, Agronegócio, Evidenciação.*

## 1. INTRODUÇÃO

As empresas brasileiras socialmente responsáveis tendem a estar mais bem preparadas para assegurar a sustentabilidade dos negócios em longo prazo, por estarem sincronizadas com as novas dinâmicas que afetam a sociedade e o ambiente empresarial.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA, 2011), “Responsabilidade Sustentável” significa uso de bens e serviços que atendam às necessidades básicas, proporcionando uma melhor qualidade de vida, enquanto se minimiza o uso de recursos naturais e de materiais tóxicos, assim como a geração de resíduos e a emissão de poluentes, durante todo ciclo de vida do produto ou do serviço, de modo que não se coloque em risco as necessidades das futuras gerações.

No Brasil, as empresas, de forma voluntária, adotam posturas socioambientais, que promovem o bem-estar dos seus públicos interno e externo. É uma prática voluntária, pois não deve ser confundida, exclusivamente, por ações compulsórias, impostas pelo governo ou por quaisquer incentivos externos (como fiscais, por exemplo). O conceito de relatórios socioambientais, nessa visão, envolve a questão de transparência aos *stakeholders* sobre o benefício da coletividade, seja ela relativa ao público interno (funcionários, acionistas etc.) ou atores externos (comunidade, parceiros, meio ambiente etc.).

O procedimento de obtenção do produto final, consoante a Paiva (2003), deve utilizar processos e componentes favoráveis à preservação do ambiente, já que essa vertente ganha força e as companhias desejam manter-se de maneira sustentável e contínua.

Neste contexto, é fundamental que a empresa realize a gestão destes processos e componentes favoráveis através de indicadores e que estes sejam publicados em Relatório Socioambiental (RSA), que é uma das principais formas de uma empresa relatar e prestar contas à sociedade e ao mercado a respeito de sua atuação e de suas práticas para a sustentabilidade.

Por meio do GRI, as organizações e todos os seus públicos têm em mãos um instrumento que possibilita dialogar e implantar um processo de melhoria contínua do desempenho da empresa, rumo ao desenvolvimento sustentável.

Recentemente, a agricultura passou a ser vista como um amplo e complexo sistema, que inclui, não apenas as atividades dentro da propriedade rural (dentro da “porteira agrícola”), como, também, e, principalmente, as atividades de distribuição de suprimentos

agrícolas (insumos), de armazenamento, de processamento e distribuição dos produtos agrícolas, tendo, então, denominação de agronegócio. Significa que o agronegócio ultrapassa as fronteiras da “propriedade rural” (agrícola ou pecuária) para envolver todos que participam direta ou indiretamente no processo de abastecer de alimentos e fibras os consumidores (HALL, 2014).

O objetivo geral deste estudo é identificar e analisar a evidenciação dos indicadores de RSA adotados e divulgados nos relatórios de sustentabilidade das empresas brasileiras de agronegócio listadas na BM&FBOVESPA durante os anos de 2011 a 2013. Para tal, têm-se os objetivos específicos do artigo relacionados e interligados ao objetivo geral, que são: Discorrer sobre Responsabilidade Socioambiental e apresentar os seus meios de divulgação; conceituar agronegócio; Realizar um estudo de caso nas empresas do setor de agronegócio brasileiro com ações listadas na BM&FBOVESPA, através da análise de conteúdo do Relatório de Sustentabilidade e as principais ações Socioambientais.

A justificativa do interesse por essa temática está baseada no aprofundamento da responsabilidade socioambiental nas empresas, que tendem a estar mais bem preparadas para assegurar a sua sustentabilidade, por meio de divulgações, buscando um desenvolvimento sustentável na forma de ações, compromissos e práticas de responsabilidade socioambiental. O aprofundamento sobre o tema torna-se de grande relevância para os *stakeholders* (interessados), de forma que poderá subsidiar o direcionamento de recursos para as empresas, ressaltando, também, um caráter de maior confiabilidade.

O artigo está estruturado em cinco seções. A primeira seção trata da introdução à temática abordada; a segunda explana o referencial teórico; na terceira, tem-se o estudo de caso realizado, com a análise e a interpretação de dados; na quarta, encontram-se as discussões pertinentes à temática abordada e, por fim, a quinta seção, que apresenta as considerações finais do estudo.

## **2.FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 Responsabilidade Socioambiental (RSA) e seus meios de divulgação**

Pode-se entender que o conceito de RSA não ilustra apenas o compromisso de empresas com pessoas e valores humanos, mas, também, preocupações genuínas com o meio ambiente. Independentemente de que linha ou conceituação utilizar a RSA é bastante notável

que as empresas variam bastante – o que, muitas vezes, é natural e reflete sua vocação como negócio – na prioridade a ser dada a questões socioambientais, às vezes, focando em certos públicos em detrimento de outras ações sociais igualmente relevantes (EON, (2014).

De acordo com Ashley (2003, p. 6-7), a RSA, “é o compromisso que uma organização deve ter para com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que afetem positivamente, de modo amplo, ou a alguma comunidade, de modo específico, agindo proativamente e coerentemente no que tange a seu papel específico no ambiente a que está inserido.”

A responsabilidade socioambiental está relacionada ao compromisso que uma entidade tem com a sociedade e com o meio ambiente, além das obrigações legais e econômicas. Cada vez mais organizações querem tornar suas operações mais sustentáveis e, com isso, a elaboração dos relatórios socioambientais é de suma importância, pois, neles, encontram-se os impactos de sustentabilidade positivos e negativos para a obtenção de informações que podem influenciar na política, estratégia e nas operações da organização de forma contínua.

Segundo Tachizawa (2005, p.107), “a responsabilidade socioambiental já foi associada a escândalos empresariais e a danos ao meio-ambiente, envolvendo consagradas organizações e, dessa maneira, ganhou importância como instrumento de gestão para assegurar a sobrevivência econômica das empresas.

As empresas estão buscando ser mais sustentáveis, pondo em discussão assuntos sociais e tornando-se entidades com responsabilidade social voltada não apenas para o ganho, mas, também, em prol dos valores humanos e para a preservação do meio ambiente.

De acordo com IBASE (2007), Balanço Social é um demonstrativo publicado, anualmente, pela empresa que reúne um conjunto de informações sobre os projetos, benefícios e ações sociais dirigidas aos empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas e à comunidade. É, também, um instrumento estratégico para avaliar e multiplicar o exercício da responsabilidade social corporativa. Utilizando o balanço social como um meio de divulgação que tem como evidência demonstrar, publicamente, que a intenção das organizações não é somente uma geração de lucros com um fim em si mesmo, mas, sim, o desempenho social, que é obtido através do compromisso e da responsabilidade para com a sociedade.

Segundo Tinoco (2008, p.11), “o *Global Reporting Initiative* (GRI) tornou-se um importante item de comunicação externa de informação para as empresas, no que diz respeito às suas atuações, que visam a melhorar a sustentabilidade e os resultados dessas. “

“O relatório de sustentabilidade é um tipo de relatório ambiental. Porém, frequentemente, muita gente chama os relatórios de sustentabilidade de relatórios ambientais” (CURI, 2012, p.113).

Ferreira (2012, p.14) revela que “os relatórios ambientais têm como característica a descrição física sobre como determinada ação pode influenciar fisicamente o meio ambiente”.

Conforme a GRI (2013, p. 3), “Elaborar relatórios de sustentabilidade é a prática de medir, divulgar e prestar contas para *stakeholders* internos e externos do desempenho organizacional, visando ao desenvolvimento sustentável”. Assim como um relatório de responsabilidade social empresarial, ou balanço social, um relatório de sustentabilidade tem como objetivo descrever os impactos econômicos, ambientais e sociais – *triple bottom line* – (GRI, 2013).

A GRI não só define o que é um relatório de sustentabilidade como também estabelece princípios para o processo de elaboração de relatórios que serve para ajudar a organização a melhorar a qualidade das informações a serem divulgadas e a qualidade do processo de relato (GRI, 2013).

No sentido de diminuir o desacordo de informações, a *Global Reporting Initiative* (GRI) propõe oferecer uma estrutura confiável para a elaboração de relatórios de sustentabilidade, garantindo aos seus usuários (empresas de qualquer porte, tamanho e segmento e usuários em geral) um modelo construído de forma organizada, clara e objetiva.

O presente estudo fundamentou-se no Sumário GRI, que visa ao compromisso e à responsabilidade para com a sociedade, por meio da prestação de contas do desempenho sobre o uso e a apropriação de recursos que, originalmente, não lhe pertenciam e, também, do ponto de vista da melhoria da imagem da organização.

## 2.2 O Agronegócio Brasileiro

O agronegócio, também denominado “*agrobusiness*”, consiste na rede que envolve todos os segmentos da cadeia produtiva vinculada à agropecuária. Ele não se limita apenas à

agricultura e à pecuária, inclui, também, as atividades desenvolvidas pelos fornecedores de insumos e sementes, equipamentos, serviços, beneficiamento de produtos, industrialização e comercialização da produção agropecuária (CERQUEIRA, 2015).

Segundo Batalha (2002), agronegócio é o conjunto de negócios relacionados à agricultura dentro do ponto de vista econômico. Costuma-se dividir o estudo do agronegócio em três partes. A primeira parte trata dos negócios agropecuários propriamente ditos (ou de “dentro da porteira”), que representam os produtores rurais, sejam eles pequenos, médios ou grandes produtores, constituídos na forma de pessoas físicas (fazendeiros ou camponeses) ou de pessoas jurídicas (empresas).

O agronegócio é um conjunto de empresas que produzem insumos agrícolas, as propriedades rurais, as empresas de processamento e toda a distribuição. No Brasil, o termo é usado quando se refere a um tipo especial de produção agrícola, caracterizada pela agricultura em grande escala, baseada no plantio ou na criação de rebanhos e em grandes extensões de terra. Esses negócios, via de regra, se fundamentam na propriedade latifundiária, bem como na prática de arrendamentos (CALLADO, 2006).

O Brasil é um dos líderes mundiais na produção e exportação agropecuárias. É o primeiro produtor e exportador de café, açúcar, etanol e suco de laranja. Além disso, lidera o *ranking* das vendas externas do complexo de soja (grão, farelo e óleo), que é o principal gerador de divisas cambiais (MAPA, 2012). As constantes mudanças no ambiente interno e externo, nacional e internacional, também atingem o *agribusiness* (conjunto de negócios relacionados à agricultura e pecuária, dentro do ponto de vista econômico) e levam a mudanças nos cenários das projeções e, por consequência, das estimativas de vendas e exportações, que exigem posturas alternativas e conhecimentos a respeito das principais tendências do mercado.

É importante ressaltar que, para alcançar os níveis de crescimento, diante de todo o contexto exposto, é necessário que as organizações invistam em soluções sustentáveis e só a partir de práticas de responsabilidade socioambiental que se conseguirá um desenvolvimento sustentável, com menos danos ao meio ambiente e mais igualdade social.



### 3. METODOLOGIA

#### 3.1 Objeto de Estudo

Segundo Voss et al. (2002), o estudo de caso é um dos mais poderosos métodos de pesquisa em gestão de operações. Ao se utilizar esse método para entender uma teoria, permite-se ver o quão generalizável ela é e em que contexto se aplica. Trata-se de um método adequado a este trabalho, que visa analisar o comportamento da evidenciação da responsabilidade socioambiental.

Para a elaboração do presente estudo, foi realizada, previamente, uma pesquisa bibliográfica e exploratória, em que foram utilizados, como objetos de análise, os Relatórios de Sustentabilidade Socioambiental, dos anos de 2011 a 2013, disponíveis no *website* do BM&FBOVESPA ou das empresas.

Foi realizada a análise de procedimentos de investigação, com abordagem quantitativa, que se traduz por tudo aquilo que pode ser quantificável, ou seja, apresentam-se em números as opiniões e informações para, então, obter-se a análise dos dados e, posteriormente, chegar a uma conclusão. Já, a qualitativa é interpretada por aquilo que não pode ser mensurável, pois a realidade e o sujeito são elementos indissociáveis. Assim sendo, quando se trata do sujeito, levam-se em consideração seus traços subjetivos e suas particularidades. Tais detalhes não podem ser traduzidos em números quantificáveis, tendo caráter documental.

A metodologia de pesquisa abordada neste trabalho incluiu um aprofundamento bibliográfico, adquirido em livros e artigos científicos, classificando-se, quanto aos procedimentos, como um estudo bibliográfico direcionado à temática do Agronegócio Brasileiro voltado para a divulgação de relatórios ambientais e sociais, com foco no relatório GRI.

O objeto deste estudo é a análise das práticas de responsabilidade socioambiental das empresas que compõem a listagem na BM&FBOVESPA pertencentes ao setor de agronegócio, com base nas divulgações de 2011 a 2013. A relação de empresas obtidas pode ser vista no quadro 1 a seguir.

**Quadro 1 – Relação Prévia das Empresas Utilizadas no estudo**

<b>RELAÇÃO DE EMPRESAS RAMO DO AGRONEGÓCIO</b>			
1. BRF Brasil Foods S.A	Excluída da análise.	9. Karsten S.A	Excluída da análise.
<b>2. Celulose Irani S.A</b>	<b>SELECIONADA</b>	10. M. Dias Branco S.A	Excluída da análise.
3. Cia Fiação Tecidos	Excluída da análise.	<b>11. Marfrig Alimentos S.A</b>	<b>SELECIONADA</b>
4. Cia melhoramento de São Paulo	Excluída da análise.	12. São Martinho S.A	Excluída da análise.
5. Conservas Oderich S.A	Excluída da análise.	13. SLC Agrícola S.A	Excluída da análise.
6. Cosan Limited	Excluída da análise.	14. Sousa Cruz S.A	Excluída da análise.
7. Fibria Celulose S.A	Excluída da análise.	<b>15. Suzano Papel e Celulose S.A</b>	<b>SELECIONADA</b>
8. JBS S.A	Excluída da análise.		

Fonte: Elaborado pelos autores (2015).

Após realizar a listagem prévia, o passo seguinte foi visitar o *website* de cada uma das quinze (15) empresas relacionadas no quadro 1, para buscar os relatórios de sustentabilidade dos anos de 2011 a 2013.

Pelo fato de algumas empresas não disponibilizarem em seus *websites* o relatório de sustentabilidade de algum dos três anos escolhidos para a análise – 2011, 2012, 2013 – e um sumário GRI, foram excluídas doze (12) empresas do estudo. Assim, restaram para a amostra três (3) empresas que apresentaram seus relatórios de sustentabilidade, conforme o sumário GRI, durante o período analisado. Dessa forma, foram selecionadas para análise, de acordo com o quadro 1: Celulose Irani S.A, Marfrig Alimentos S.A e Suzano Papel e Celulose S.A.

### **3.2 Procedimento de Análise de Dados**

Para Bardin (2009), a análise de conteúdo consiste em representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, em um estado ulterior, realizando operações que facilitem a sua consulta e referência.

O tratamento documental considera a extração científico-informativa, que se propõe a ser um reflexo objetivo da fonte original, identificando as novas mensagens subjacentes no documento.

Fundamentando-se em Minayo (2009), a análise de conteúdo trata-se de um recurso técnico para o exame de dados provenientes de mensagens escritas ou transcritas. Nesta



pesquisa, a fonte para análise de conteúdo adveio de documentos (os relatórios de sustentabilidade elaborados com base no modelo GRI).

A análise de conteúdo é definida como: “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.” (BARDIN, 2009, p. 44).

Para verificar as ações de responsabilidade socioambiental, foi escolhida a realização de análise através da verificação de indicadores pertencentes ao sumário GRI, que classifica os indicadores socioambientais em dois grupos: grupo de indicadores do meio ambiente e o grupo de indicadores sociais. Também foi utilizada a codificação, para facilitar a tabulação dos dados, sendo representados os Indicadores Ambientais por EN (com 30 indicadores) Indicadores Sociais por SO (com um total de 31 indicadores), totalizando 61 indicadores.

Depois de selecionados os indicadores, adotou-se a metodologia utilizada por Sousa et al. (2014), que parte da atribuição binária de pontos seguida da elaboração de 4 escalas de classificação (ruim, mediana, boa e ótima).

Dessa maneira, foram realizadas análises do sumário GRI e cada uma das páginas do relatório de sustentabilidade, que este relacionava, que contava a publicação do indicador. A verificação das páginas foi realizada no intuito dar maior segurança aos resultados. Atribuiu-se pontuação binária, conferindo uma pontuação de 0, para informar que o indicador não foi publicado e a pontuação de 1, para os relatórios em que os indicadores encontravam-se devidamente publicados.

Ressalta-se ainda que, no mesmo sentido em que o resultado da análise binária refletiu apenas na presença ou não do indicador no relatório. Em seguida, foi analisado se a informação divulgada era de natureza somente qualitativa, somente quantitativa, qualitativa e quantitativa, ou se haviam expressas comparações no transcorrer do tempo, de acordo com a metodologia sugerida por Sousa et al (2014), contudo destaca-se que a análise não verificou se as informações eram verídicas, motivos da não evidenciação do indicador, nem mesmo se estes indicadores obedeciam-se os padrões indicados no protocolo GRI. No total, analisou-se 30 indicadores do grupo ambiental, conforme se observa no quadro 2 a seguir.



**Quadro 2 – Grupo de Indicadores Utilizados para Análise Ambiental**

<b>CÓDIGO GRI</b>	<b>INDICADORES DE AGRONEGÓCIO DO MEIO AMBIENTE</b>
EN1	Materiais usados.
EN2	Percentual dos materiais usados provenientes de reciclagem.
EN3	Consumo de energia direta.
EN4	Consumo de energia indireta.
EN5	Energia economizada em razão de melhorias em conservação.
EN6	Iniciativas para fornecer produtos e serviços com baixo consumo de energia, ou que usem energia gerada por recursos renováveis, e a redução na necessidade de energia resultante dessas iniciativas.
EN7	Iniciativas para reduzir o consumo de energia indireta e as reduções obtidas.
EN8	Total de retirada de água.
EN9	Fontes hídricas afetadas por retirada de água.
EN10	Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada
EN11	Localização e tamanho da área possuída, arrendada ou administrada dentro de áreas protegidas ou adjacentes a elas.
EN12	Descrição de impactos significativos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.
EN13	Habitats protegidos ou restaurados.
EN14	Estratégias, medidas em vigor e planos futuros para gestão de impactos na biodiversidade.
EN15	Espécies em risco de extinção.
EN16	Total de emissões diretas e indiretas de gases causadores do efeito estufa.
EN17	Outras emissões indiretas relevantes de gases causadores do efeito estufa.
EN18	Iniciativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e as reduções obtidas.
EN19	Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio.
EN20	NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas.
EN21	Descarte total de água, por qualidade e destinação.
EN22	Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição.
EN23	Número e volume total de derramamentos significativos.
EN24	Peso de resíduos transportados considerados perigosos.
EN25	Corpos d'água e habitats afetados por descartes de água.
EN26	Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços.
EN27	Percentual de produtos e suas embalagens recuperadas.
EN28	Multas significativas e número total de sanções não monetárias resultantes da não conformidade com leis e regulamentos ambientais.
EN29	Impactos ambientais significativos do transporte de produtos e outros bens e materiais.
EN30	Investimentos e gastos em proteção ambiental.

Fonte: Elaborado pelos autores (2015), com base no GRI (2013).

Observa-se, no quadro 3, a seguir, que foram analisados 31 indicadores do grupo social, que estão divididos em 3 subgrupos, no qual seus códigos de divulgação são padrão no GRI: Práticas Trabalhistas, Direitos Humanos e Sociedade, ficando 14 indicadores para



Práticas Trabalhistas, 9 para Direitos Humanos e 8 para Sociedade.

**Quadro 3 – Grupo de Indicadores para Análise Social**

<b>PRÁTICAS TRABALHISTAS</b>	
<b>LA1</b>	Total de trabalhadores por tipo de emprego, contrato de trabalho e região.
<b>LA2</b>	Número total e taxa de rotatividade de empregados.
<b>LA3</b>	Benefícios tempo integral x temporários.
<b>LA4</b>	Percentual de empregados abrangidos por acordos de negociação coletiva.
<b>LA5</b>	Prazo mínimo para notificação de mudanças operacionais.
<b>LA6</b>	Empregados representados em comitês de saúde e segurança.
<b>LA7</b>	Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos.
<b>LA8</b>	Programas de educação, treinamento, aconselhamento, prevenção e controle de risco para empregados, seus familiares ou membros da comunidade com relação a doenças graves.
<b>LA9</b>	Temas de saúde e segurança cobertos em acordos sindicais.
<b>LA10</b>	Média de horas de treinamento.
<b>LA11</b>	Programas para empregabilidade.
<b>LA12</b>	Análise de desempenho e desenvolvimento de carreira.
<b>LA13</b>	Composição dos grupos responsáveis pela governança corporativa e dos demais empregados.
<b>LA14</b>	Proporção de salário-base entre homens e mulheres.
<b>DIREITOS HUMANOS</b>	
<b>HR1</b>	Contratos de investimentos significativos com cláusulas referentes a Direitos Humanos.
<b>HR2</b>	Empresas contratadas e fornecedores críticos submetidos a avaliações referentes a Direitos Humanos.
<b>HR3</b>	Treinamento em Direitos Humanos.
<b>HR4</b>	Número total de casos de discriminação.
<b>HR5</b>	Operações em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva pode estar em risco.
<b>HR6</b>	Operações de risco de ocorrência de trabalho infantil.
<b>HR7</b>	Operações de risco de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo.
<b>HR8</b>	Pessoal de segurança submetido a treinamento em Direitos Humanos.
<b>HR9</b>	Casos de violação de Direitos Indígenas.
<b>SOCIEDADE</b>	
<b>SO1</b>	Programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades.
<b>SO2</b>	Percentual e número total de Unidades de Negócio submetidas a avaliações de riscos relacionados à corrupção.
<b>SO3</b>	Empregados treinados nas políticas e procedimentos anticorrupção.
<b>SO4</b>	Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção.
<b>SO5</b>	Participação na elaboração de políticas públicas e <i>lobbies</i> .
<b>SO6</b>	Valor total das contribuições financeiras e em espécie para partidos políticos.
<b>SO7</b>	Número total de ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio e seus resultados.

<b>S08</b>	Valor monetário de multas significativas e número de sanções não monetárias de não conformidade com leis e regulamentos.
------------	--

Fonte: Elaborado pelos autores (2015), com base no GRI (2013).

A análise e a interpretação de dados foram elaboradas através de uma pesquisa comparativa aplicada às três empresas de agronegócio selecionadas para amostragem de maneira intencional e não probabilística.

#### 4. SINTÉSE DE RESULTADOS

Após a coleta de informações, foram atribuídos níveis de classificação, para evidenciar as ações de forma geral. Procedeu-se uma análise estatística em busca de quatro níveis agregados de divulgação das ações relacionadas ao meio ambiente, que seriam atribuídos a partir da pontuação agregada e individual, obtida por meio da soma de pontuações totais de cada empresa e das três empresas analisadas, conforme se explana a seguir.

**Tabela 1 – Pontuação Atribuída Grupo Ambiental**

PERCENTUAL	PONTUAÇÃO INDIVIDUAL	PONTUAÇÃO AGREGADA ATRIBUÍDA	CLASSIFICAÇÃO ATRIBUÍDA PARA EVIDENCIAÇÃO
	30 INDICADORES PARA 1 EMPRESA	30 INDICADORES PARA 3 EMPRESAS	
	PONTOS ATRIBUÍDOS	PONTOS ATRIBUÍDOS	
0 – 25%	0 – 7,5	0 – 22,5	RUIM
26 – 50%	7,6 – 15	22,6 – 45	REGULAR
51 – 75%	16 – 22,5	46 – 67,5	BOM
76 – 100%	22,6 – 30	67,6 – 90	ÓTIMO

Fonte: Elaborada pelos autores (2015).

A tabela 1 apresenta a pontuação agregada do grupo ambiental, composto de 3 empresas e 30 indicadores, durante os anos de 2011 a 2013, utilizando-se do seguinte raciocínio: a partir de um intervalo de 0 a 90, estabeleceram-se 4 classes, entre 0 a 22,5 - ruim, entre 22,6 a 45 - regular, entre 46 a 67,5 - bom, entre 67,6 a 90 - ótima. Utilizando-se do mesmo raciocínio da pontuação agregada, chegou-se à pontuação individual: a partir de um intervalo de 0 a 30, estabeleceram-se 4 classes, entre 0 a 7,5 - ruim, entre 7,6 a 15 - regular, entre 16 a 22,5 - bom, entre 22,6 a 30 - ótima.



**Tabela 2 – Pontuação Atribuída Grupo Social**

PERCENTUAL	PONTUAÇÃO INDIVIDUAL	PONTUAÇÃO AGREGADA ATRIBUÍDA	CLASSIFICAÇÃO ATRIBUÍDA PARA EVIDENCIAÇÃO
	31 INDICADORES PARA 1 EMPRESA	31 INDICADORES PARA 3 EMPRESAS	
	PONTOS ATRIBUÍDOS	PONTOS ATRIBUÍDOS	
0 – 25%	0 – 7,75	0 – 23,25	RUIM
26 – 50%	7,76 – 15,5	23,26 – 46,5	REGULAR
51 – 75%	15,6 – 23,25	46,6 – 69,75	BOM
76 – 100%	23,26 – 31	69,76 – 93	ÓTIMO

Fonte: Elaborada pelos autores (2015).

A tabela 2 evidencia a pontuação agregada do grupo social, composto de 3 empresas e 31 indicadores, durante os anos de 2011 a 2013, utilizando-se do seguinte raciocínio: a partir de um intervalo de 0 a 90, estabeleceram-se 4 classes, entre 0 a 23,25 - ruim, entre 23,26 a 46,5 - regular, entre 46,6 a 69,75 - bom, entre 69,76 a 93 - ótima. Utilizando-se do mesmo raciocínio, procedeu-se ao cálculo da pontuação individual das empresas: a partir de um intervalo de 0 a 31, estabeleceram-se 4 classes, entre 0 a 7,75 - ruim, entre 7,76 a 15,5 - regular, entre 15,6 a 23,25 - bom, entre 23,6 a 31 - ótima.

Observa-se, nos quadros 5 e 6, as ações realizadas e divulgadas nos relatórios de sustentabilidade dos grupos ambientais e sociais.

No quadro 5, os indicadores mais divulgados do Grupo Ambiental, nos anos de 2011 a 2013, foram os EN1, EN3 a EN5, EN13 e EN14, EN16 a EN18, EN20 e, por fim, o EN26 a E30, com suas pontuações variando entre 5, 6 e 7.

**Quadro 5 – Indicadores Ambientais**

INDICADORES AMBIENTAIS	ANO 2011			ANO 2012			ANO 2013			TOTAL
	EMPRESAS									
	E.A	E.B	A.C	E.A	E.B	E.C	E.A	E.B	E.C	
EN1	0	1	0	1	1	1	0	1	0	5
EN2	0	1	1	0	0	1	0	0	1	4
EN3	1	1	1	0	0	1	1	1	1	7
EN4	1	0	1	1	0	1	0	1	0	5
EN5	0	1	1	1	1	0	0	1	1	6
EN6	0	1	0	1	1	0	0	0	0	3
EN7	1	1	0	0	0	0	0	0	0	2
EN8	0	1	1	1	1	0	1	1	1	7



EN9	0	1	0	1	1	1	0	1	1	6
EN10	1	1	0	1	1	0	0	0	1	5
EN11	0	0	1	0	0	1	1	0	0	3
EN12	0	0	1	1	0	1	0	0	1	4
EN13	0	1	1	1	0	1	0	1	0	5
EN14	1	1	1	1	1	1	0	0	1	7
EN15	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
EN16	1	0	1	0	0	1	1	1	0	5
EN17	0	0	1	1	0	1	1	1	0	5
EN18	1	1	0	1	1	0	0	1	0	5
EN19	1	1	0	1	0	1	0	0	0	4
EN20	0	1	1	1	0	1	0	1	0	5
EN21	1	1	0	0	1	1	0	0	0	4
EN22	1	0	0	1	0	1	1	0	0	4
EN23	0	0	1	0	0	0	1	0	0	2
EN24	0	0	0	1	1	1	1	0	0	4
EN25	0	1	0	0	1	1	0	1	0	4
EN26	0	1	0	0	1	1	1	1	1	6
EN27	0	1	1	1	0	0	1	1	0	5
EN28	1	0	1	1	0	0	0	1	1	5
EN29	0	1	1	1	0	1	1	0	1	6
EN30	1	1	0	1	0	1	0	1	1	6
<b>TOTAL</b>	12	20	16	20	12	20	12	16	12	140
<b>Códigos utilizados</b>	<b>Empresas de Agronegócio</b>									
<b>E.A</b>	Celulose Irani S.A									
<b>E.B</b>	Marfrig Alimentos S.A.									
<b>E.C</b>	Suzano Papel e Celulose S.A.									

Fonte: Elaborado pelos autores (2015).

No quadro 6, os indicadores mais divulgados do Grupo Social, nos anos de 2011 a 2013, no subsetor de práticas trabalhistas, foram LA1 e LA2, LA5 a LA7, LA12 e LA14, com suas pontuações variando entre 5, 6 e 7. No de Direitos Humanos, HR1 e HR3 a HR8, obtendo as mesmas pontuações de práticas trabalhistas. Por fim, o subsetor sociedade, com seus indicadores SO1 a SO3, SO5, SO6 e SO8, também com as mesmas pontuações dos subgrupos anteriores.

#### Quadro 6 – Indicadores Sociais





INDICADORES SOCIAIS	ANO 2011			ANO 2012			ANO 2013			TOTAL
	EMPRESAS									
	E.A	E.B	E.C	E.A	E.B	E.C	E.A	E.B	E.C	
<b>PRÁTICAS TRABALHISTAS</b>										
LA1	1	0	1	0	1	1	1	1	0	6
LA2	1	1	1	1	1	1	0	0	0	6
LA3	0	1	0	0	0	1		0	1	3
LA4	1		1	1	0		0	1	0	4
LA5	0	0	1	1	0	1	1	0	1	5
LA6	1	0	0	1	0	1	1	1	0	5
LA7	1	1	0	1	0	1	0	1	1	6
LA8	0	1	0	0	1	1	0	0	0	3
LA9	1	1	1	0	0	1	0	1	0	5
LA10	1	0	0	0	0	1	0	1	0	3
LA11	0	0	1	1	0	0	0	0	0	2
LA12	1	1	1	1		1	1	1	0	7
LA13	0	1	0	0	1	1	0	0	0	3
LA14		1	1	1	0	1		1	1	6
<b>TOTAL</b>	<b>8</b>	<b>8</b>	<b>8</b>	<b>8</b>	<b>4</b>	<b>12</b>	<b>4</b>	<b>8</b>	<b>4</b>	<b>64</b>
<b>DIREITOS HUMANOS</b>										
HR1	0	1	1	0	1	1	1	1	1	7
HR2	1	1	0	0	1	0	1	0	0	4
	0	0	0	1	1	1	1	1	0	5
HR4	1	1	0	0	1	1	1	0	1	6
HR5	0	1	1	1		1	1	0	0	5
HR6	0	1	0	1	1	1	1	0	0	5
HR7	1	1	0	1	0	1	0	1	1	6
HR8	1	0	1	0	1	1	1	1	0	6
HR9	0	0	1	0	0	1	1	0	1	4
<b>TOTAL</b>	<b>4</b>	<b>6</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>6</b>	<b>8</b>	<b>8</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>48</b>
<b>SOCIEDADE</b>										
SO1	1	0	1	1	0	0	1	1	1	6
SO2	1	0	1	1	1	1	1	1	1	8
SO3	0	0	1	0	1	0	1	1	1	5
SO4	0	1	0	0	0	0	1	1	0	3
SO5	1	1	0	0	1	1	1	1	0	6
SO6	1	0	0	1	1	1	1	1	1	7
SO7	0	1	0	1	0	0	1	1	0	4

<b>SO8</b>	0	1	1	0	0	1	1	1	0	5
<b>TOTAL</b>	4	4	4	4	4	4	8	8	4	44
<b>TOTAL DOS 3 GRUPOS</b>	16	18	16	16	14	24	20	20	12	156

Fonte: Elaborado pelos autores (2015).

Percebeu-se, portanto, que, tanto no Grupo Ambiental como no Social, as empresas não tiveram o seu total de indicadores divulgados, sendo que os que divulgavam, permaneciam sempre com as mesmas pontuações, obtendo resultados semelhantes. As pontuações de cada empresa foram demonstradas em forma de Tabelas que serviram de base para a análise comparativa durante os anos de 2011 a 2013. Os resultados podem ser visualizados na seção seguinte.

#### 4.1 Resultados Obtidos na Divulgação dos Indicadores do Grupo Ambiental

A tabela 3 apresenta os resultados obtidos com a amostra das três empresas do setor ambiental analisadas durante o período de 2011 a 2013. Observou-se que todas as empresas obtiveram resultado bom, durante os anos de 2011 e 2012, mas, no ano de 2013, houve diferença. As empresas Marfrig e Suzano tiveram indicadores inferiores aos anos anteriores, as duas ficaram com o resultado “12”, o que deu a elas a classificação de regular, enquanto a Celulose permaneceu boa no ano de 2013.

**Tabela 3 – Pontuação Atingida no Grupo Ambiental**

<b>PONTUAÇÃO TOTAL ATINGIDA PELAS EMPRESAS EM CADA ANO</b>			
<b>GRUPO AMBIENTAL</b>			
<b>Empresa</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
Celulose Irani S.A	20	12	16
Marfrig Alimentos S.A	12	20	12
Suzano Papel e Celulose S.A	16	20	12
<b>Total de Pontos</b>	<b>48</b>	<b>52</b>	<b>40</b>
<b>Classificação Agregada</b>	<b>Bom</b>	<b>Bom</b>	<b>Regular</b>
<b>Média Anual</b>	<b>16</b>	<b>17,4</b>	<b>13,4</b>
<b>Classificação Individual da Média</b>	<b>Bom</b>	<b>Bom</b>	<b>Regular</b>

Fonte: Elaborada pelos autores (2015).

Observa-se também que, no ano de 2011, a empresa Celulose obteve o melhor indicador ambiental, já, em 2012 e 2013, as empresas Marfrig e Suzano tiveram resultados iguais, porém, em 2013, o resultado foi abaixo do ano anterior. Verifica-se que as empresas não obtiveram resultados favoráveis, durante os anos de 2011 a 2013, mesmo verificando que, em 2011 e em 2012, ocorreu resultado bom e não regular, como no ano de 2013.

No que se refere ao nível de evidenciação agregada de indicadores das ações ambientais, verificou-se um comportamento igual nos anos de 2011 e 2012, pois mantiveram resultado bom, mas no ano de 2013 houve uma redução o que acarretou num resultado regular em sua classificação.

#### 4.2 Resultados Obtidos na Divulgação dos Indicadores do Grupo Social

Podem-se observar, na tabela 4, os resultados da amostra das três empresas do setor social analisadas no período de 2011 a 2013. Percebeu-se que todas as empresas obtiveram resultado bom, durante os anos de 2011 a 2013, mas, no ano de 2012 a empresa Celulose obteve resultado regular, assim como a Suzano, no ano de 2013, pois seus indicadores foram inferiores à média. A Marfrig permaneceu com a classificação boa no grupo social durante os três anos.

**Tabela 4 – Pontuação Atingida no Grupo Social**

PONTUAÇÃO TOTAL ATINGIDA PELAS EMPRESAS			
EM CADA ANO			
GRUPO SOCIAL			
Empresa	2011	2012	2013
Celulose Irani S.A	18	14	20
Marfrig Alimentos S.A	16	16	20
Suzano Papel e Celulose S.A	16	24	12
<b>Total de Pontos</b>	<b>50</b>	<b>54</b>	<b>52</b>
<b>Classificação Agregada</b>	<b>Bom</b>	<b>Bom</b>	<b>Bom</b>
<b>Média Anual</b>	<b>16,7</b>	<b>18</b>	<b>17,4</b>
<b>Classificação Individual da média</b>	<b>Bom</b>	<b>Bom</b>	<b>Bom</b>

Fonte: Elaborada pelos autores (2015).

Através do gráfico 3, observa-se que, no ano de 2011, as empresas Marfrig e Suzano obtiveram resultados iguais, já, em 2012 e 2013, as empresas oscilaram em seu indicador social. Através dos resultados percebe-se que as empresas obtiveram resultados positivos no grupo social, durante os anos de 2011 a 2013, pois as 3 empresas permaneceram com resultado bom em todo o período.

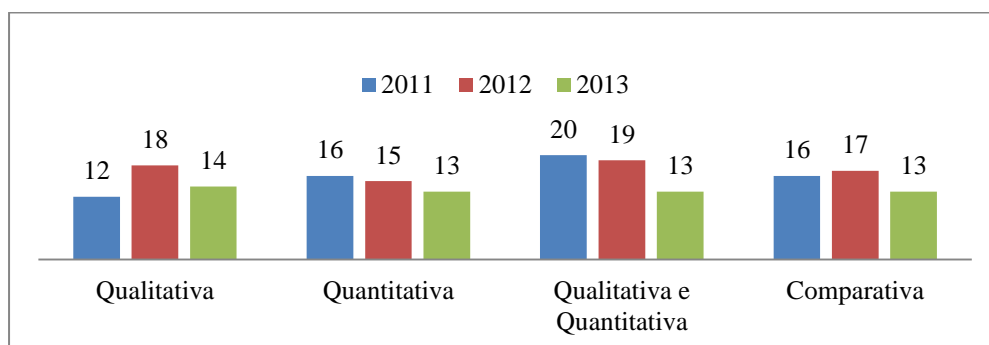
Conclui-se que os indicadores do grupo ambiental, de forma agregada, nas três empresas, sofreram quanto ao seu nível de evidenciação, uma queda de bom (anos de 2011 e 2013) para regular (ano de 2013). Em termos de pontuação, esta aumentou de 2011 para 2012, mas permaneceu em nível “bom” e posteriormente reduziu de 2012 para 2013, chegando a uma classificação “regular”. No que se refere ao nível de evidenciação agregada de indicadores das ações sociais, verificou-se um comportamento de classificação constante, pois se mantiveram como “bom”, mas que em termos de pontuação, esta aumentou de 2011 para 2012 e reduziu de 2012 para 2013.

Pode-se concluir que, nos resultados das empresas do grupo ambiental e social, que tiveram divulgação em suas classes, tanto por empresa como por agregado, permaneceram sempre no mesmo parâmetro, entre as classificações regular e boa. No grupo ambiental nos anos de 2011 e 2012, permaneceram com a classificação boa, já, em 2013, obteve a classificação regular. No Grupo Social, permaneceu durante todo período de 2011 a 2013 com a classificação boa. Essas classificações foram tanto para as ações por empresa, como para as agregadas em suas pontuações atingidas.

#### **4.3 Resultados Verificados Sobre o Tipo de Informações Divulgadas nos Grupos de Indicadores Ambientais e Sociais**

Por meio do gráfico 1, pode-se observar que, no ano de 2011, houve uma evolução na divulgação de indicadores, obtendo um indicador maior na informação qualitativa/quantitativa, já, na informação quantitativa e comparativa, permaneceram iguais.

#### **Gráfico 1 – Análise do Tipo de Informações Divulgadas de 2011 a 2013 no Grupo Ambiental**

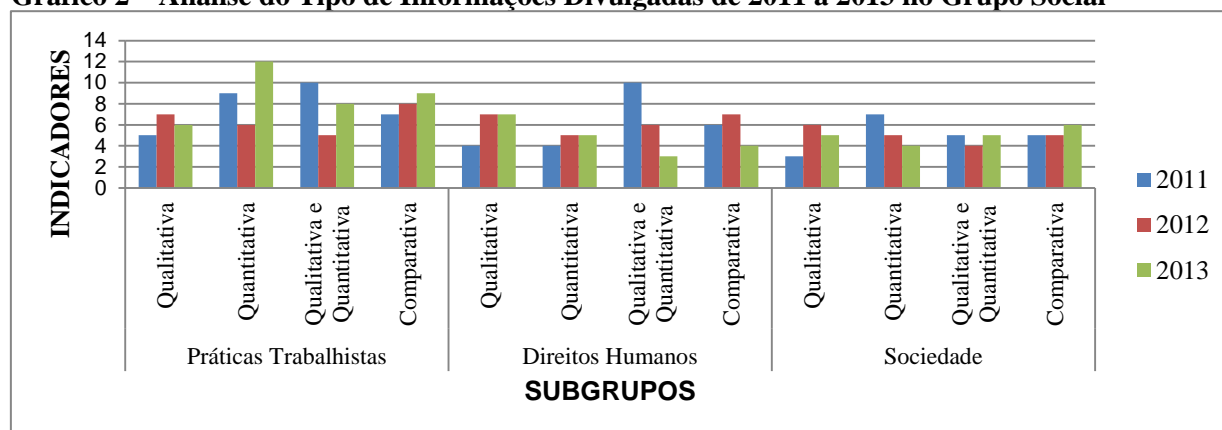


Fonte: Elaborado pelos autores (2015).

No ano de 2012, observa-se que a informação que obteve maior indicador foi a qualitativa/quantitativa, com apenas 1 indicador na frente da qualitativa, a que obteve o menor indicador foi a quantitativa. Já, no ano de 2013, a informação que obteve maior indicador foi a qualitativa, com 14 indicadores, enquanto a quantitativa, qualitativa/quantitativa e comparativa obtiveram 13 indicadores, permanecendo as três informações de forma igual.

Conclui-se, a partir das análises realizadas nas três empresas, que se utilizou mais a informação qualitativa/quantitativa, durante os anos de 2011 e 2013, tendo um resultado positivo.

**Gráfico 2 – Análise do Tipo de Informações Divulgadas de 2011 a 2013 no Grupo Social**



Fonte: Elaborado pelos autores (2015).

No gráfico 2, observa-se a subdivisão em 3 subgrupos. O setor de práticas trabalhistas, no ano de 2011, obteve sua informação qualitativa/quantitativa de maior indicador, sendo que seu menor indicador foi na informação comparativa. Já, no ano de 2012, obteve maior informação comparativa, um pouco na frente da qualitativa. Em 2013, a informação de maior indicador foi a quantitativa.

No setor de Direitos Humanos, durante o ano de 2011, seu indicador maior foi na informação qualitativa/quantitativa e, no ano de 2012, a informação comparativa e qualitativa foram que obtiveram maiores indicadores. Já, no ano de 2013, a informação quantitativa foi a de maior indicador, enquanto qualitativa/quantitativa foi a de menor indicador.

No setor de sociedade, durante o ano de 2011, a informação que destacou maior indicador foi a quantitativa e, nos anos de 2012 e 2013, tiveram pouca diferença nas suas informações, só que, em 2013, a informação comparativa obteve maior resultado no seu indicador, comparando-se aos anos anteriores.

Conclui-se, portanto, que, no grupo social das 3 empresas, a informação de maiores indicadores foi a quantitativa e qualitativa/quantitativa, no decorrer dos anos de 2011 e 2013.

A partir das análises realizadas no grupo ambiental e grupo social, durante os 3 anos estudados, das empresas Celulose Irani, Marfrig Alimentos e Suzano Papel e Celulose, percebeu-se que as informações quantitativa e qualitativa/quantitativa são as mais utilizadas, consequentemente, a comparativa. Essa análise demonstrou que o meio organizacional está cada vez mais engajado na busca de construir o avanço da prática de responsabilidade social, visando a uma economia global mais sustentável.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De uso dos Relatórios de Sustentabilidade e do Sumário GRI, pode-se perceber que a evolução e a forma de divulgação de informações socioambientais são voluntárias e que o relatório de sustentabilidade é o principal meio utilizado pelas companhias para destacar tais informações.

Conclui-se que os indicadores do grupo ambiental, de forma agregada, nas três empresas analisadas sofreram, quanto ao seu nível de evidenciação, uma queda de “boa” (anos de 2011 e 2012) para “regular” (ano de 2013). No que se refere ao nível de evidenciação agregada de indicadores das ações sociais, verificou-se um comportamento de classificação constante, pois se mantiveram como “boa”.

O estudo respondeu ao problema apresentado, de acordo com as análises feitas a partir dos indicadores que foram apresentados, por meio de tabelas e gráficos com as informações fornecidas pelas empresas, publicadas nos relatórios de sustentabilidade e nos *sites* das mesmas, durante os anos de 2011 a 2013.



Nesse contexto, os objetivos específicos, vinculados ao objetivo geral, foram atingidos na medida em que foram apresentados os conceitos do agronegócio brasileiro e RSA, assim como suas ações. Para tanto, realizou-se um estudo descritivo, com abordagem qualitativa, quantitativa e comparativa dos dados, realizada por meio de uma pesquisa documental para a coleta e análise de conteúdo dos dados.

A partir das análises realizadas no Grupo Ambiental e no Grupo Social, utilizaram mais informações quantitativa e qualitativa/quantitativa, nos anos de 2011 a 2013, analisados em seus Relatórios de Sustentabilidade. Portanto, os resultados das três empresas analisadas, em sua grande maioria, apresentaram um número maior de informações durante o ano de 2011, tendo um melhor resultado com aglomeração nas informações qualitativas e quantitativas.

Como restrições ao estudo, pode-se destacar o fato de a pesquisa ter analisado somente três empresas do setor de agronegócio brasileiro, que tiveram seus indicadores divulgados de 2011 a 2013. De quinze, apenas três impressas disponibilizaram os relatórios nos anos de análise em seus *websites*.

Levando-se em consideração a hipótese, o setor de agronegócio brasileiro não obteve evolução em seu nível de divulgação das ações RSA em seus relatórios de sustentabilidade, pois as empresas analisadas, no período de 2011 a 2013, obtiveram resultados bem parecidos, com diferenças pequenas de uma empresa para outra.

Em relação a trabalhos futuros, sugere-se novas pesquisas que possam utilizar as mesmas abordagens em outros setores ou mesmo que poderão analisar testes estatísticos mais aprofundados com relação aos indicadores das práticas socioambientais.

## REFERÊNCIAS

- ASHLEY, Patricia A. (Coord.). **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2003.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 4 ed. Lisboa: Edições 70, 2009.
- BATALHA, Mário Otávio. **Gestão agroindustrial**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- BMF&BOVESPA – BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO E DA BOLSA DE MERCADORIAS & FUTUROS. **Empresas listadas. Setor de atuação. 2011, 2012 e 2013**
- BRASIL. Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000**. Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L10165.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10165.htm)>. Acesso em: 01. Abril. 2015.
- COSTA, M. I.; GALLON, A. V.; TORRES, L. S. **Análise do conteúdo dos relatórios de sustentabilidade de empresas premiadas por suas práticas de responsabilidade socioambiental. Simpósio de Administração da Produção, Logística e Operações Internacionais - SIMPOI. Anais... SIMPOI, 2011. CD-ROM**.
- CERQUEIRA, Wagner de. **Brasil Escola: Agronegócio**. 2015. Disponível em [www.brasilecola.com](http://www.brasilecola.com). Acesso em: 5 de maio de 2015.
- CALLADO, Antonio A. Cunha. **Agronegócio**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- CURI, Denise. **Gestão Ambiental**. 1ª ed. São Paulo: Pearson, 2012.
- EON, Fábio. O que é responsabilidade social? Revista ResponsabilidadeSocial.com, 2014.
- FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa; SIQUEIRA, José Ricardo Maia de; GOMES, Mônica Zaidan. **Contabilidade Ambiental e Relatórios Sociais**. São Paulo: Atlas, 2012.
- GRI – **GLOBAL REPORTING INITIATIVE. Diretrizes para relatórios de sustentabilidade**, 2013. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/resource/library/Brazil-Portuguese-G3.1-Reporting-Guidelines.pdf>>. Acesso em: 5 maio 2015.
- HALL, Pearson Prentice. **Gestão no Campo**. 2014. Acesso: 3 de abril de 2015. Disponível: <http://www.gestaonocampo.com.br/conceito-de-agronegocio>.
- HUGHES, S.; ANDERSON, A.; GOLDEN, S. *Corporate environmental disclosures: are they useful in determining environmental performance*. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 20, p. 217-240, 2001.
- IBASE: **Balço Social: O Desafio da Transparência**. IBASE: 2007. Disponível em: <<http://www.ibase.br/modules.php?name=conteúdo&pid>>. Acesso em: 30 de abril de 2015.
- MAPA – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. *Brasil projeções do agronegócio*. 2012. Disponível em: [http://www.agricultura.gov.br/arq\\_editor/file/Ministerio/gestao/projecao](http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Ministerio/gestao/projecao). Acesso em: 22 de março de 2015.
- MINAYO. Maria Cecília (organizadora). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 28ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

PAIVA, P. R. **Contabilidade ambiental**: evidenciação dos gastos ambientais com transparência e focada na prevenção. São Paulo: Atlas, 2003.

PNUMA, 2011, Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza – Síntese para Tomadores de decisão. [www.unep.org/greeneconomy](http://www.unep.org/greeneconomy) .

SOUSA, J. O. (et al, 2014). **Análise da evolução das ações de logística reversa de pós-venda e pós-consumo realizada pelo setor brasileiro de energia elétrica nos anos de 2009 a 2011.**

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e gestão ambiental**. 2a edição. São Paulo: Atlas, 2008.

TACHIZAWA, T. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa**: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

VOSS, C. et al. **Case Research in Operations Management**. International Journal of Operations and Production Management, Vol. 22, No. 2, pp. 195-219, 2002.